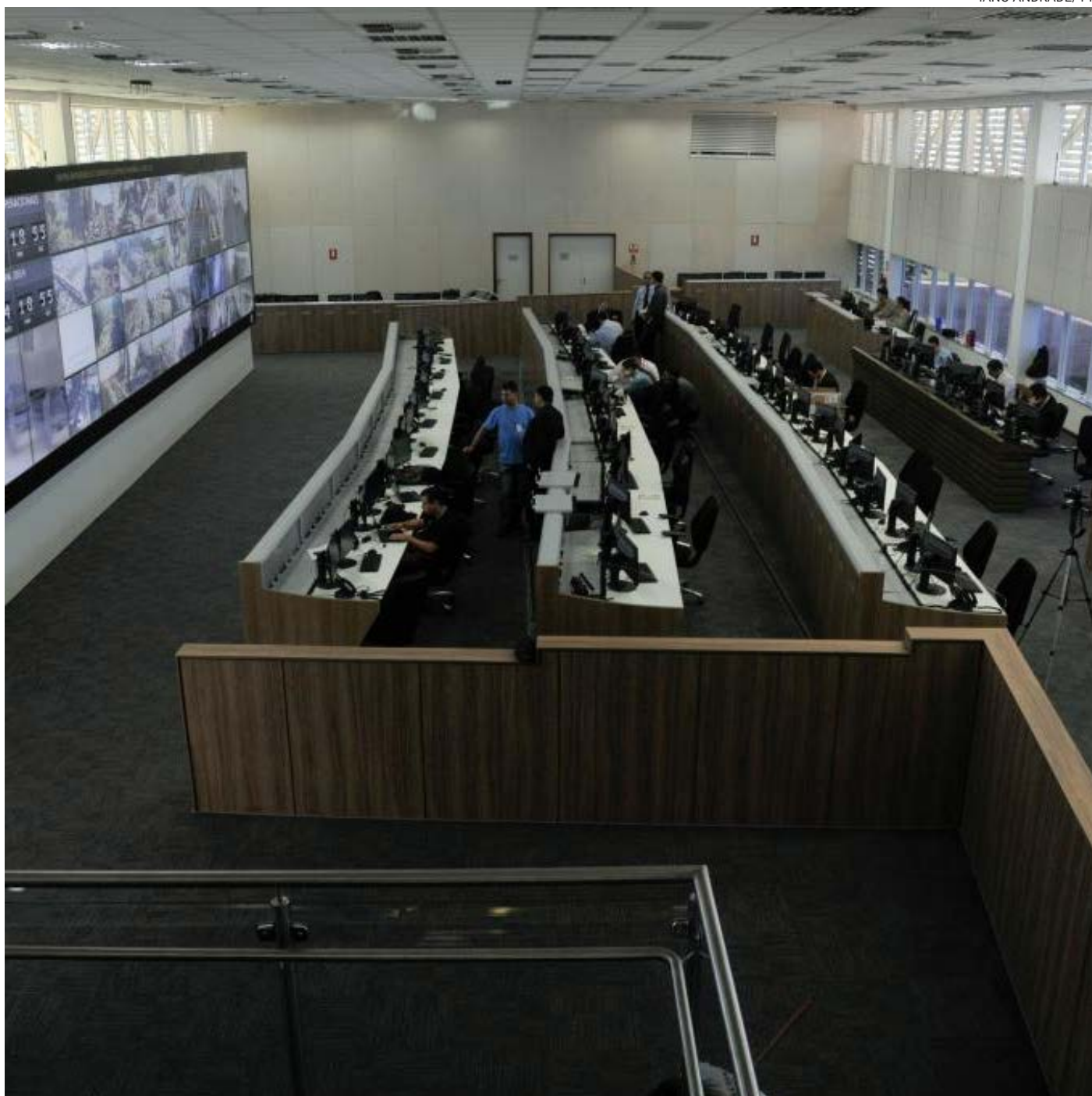


Centros Integrados de Comando e Controle não são novidade no Brasil

Grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo e a Olimpíada contaram com sistema de centros interconectados. Fusion Centers vão na mesma direção

Andrei Augusto Passos Rodrigues
21 de janeiro de 2020

IANO ANDRADE/ PR



Integração entre diversas instituições pressupõe processos, estratégias e instrumentos para coordenar organizações ou políticas públicas

O Brasil promoveu um grande e necessário rearranjo na área de segurança pública para realizar pacificamente eventos importantes – *Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações, Copa do Mundo FIFA 2014* e os *Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016*, para citar apenas os mais recentes. Foram adotadas as melhores práticas internacionalmente reconhecidas, a partir de um forte processo de coordenação, de integração interagências e cooperação estrangeira, gestão e governança.

Para tanto, foi criada no Ministério da Justiça a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), voltada exclusivamente para coordenação de todo o processo de segurança para grandes eventos. Suas atribuições são planejar, coordenar e implementar as políticas públicas, promovendo a integração e articulação entre agências municipais, distritais, estaduais, federais e privadas. Além disso, também deve reaparelhar as instituições de segurança pública, promover capacitação e treinamento e realizar investimentos.

Os Centros de Comando e Controle não são novidade no Brasil. Para dar efetividade às medidas, foi instituído um Sistema Integrado de Comando e Controle com 15 Centros interconectados, entre eles os Centros Integrados de Comando e Controle Regionais, os Centros de Cooperação Policial Internacional e o Centro Antiterrorismo – este último, até então inédito em edições anteriores dos megaeventos esportivos. Entre outras iniciativas, também foram criadas células de inteligência policial interagências, além da construção de política de capacitação integrada e da promoção de um processo sem precedente de articulação e integração interna e externa, com o objetivo de deixar um importante legado e uma mudança de paradigma na atuação das instituições de segurança pública no país.

Como parte da metodologia de planejamento, havia um eixo central ancorado nos chamados Centros de Comando e Controle (também de coordenação e comunicação), com as bases conceituais da operação, governança e gestão de ações integradas formalmente instituídas, com fluidez das informações de inteligência policial e rápida tomada de decisões. Muito além de trabalharem num mesmo ambiente, as instituições interagem, planejam, constroem metas e traçam caminhos de forma conjunta, para garantir a união e o cumprimento de objetivos. A integração pressupõe um processo, estratégias e os instrumentos para coordenar organizações ou políticas públicas, o que foi obtido pelo esforço das dezenas de instituições que compuseram os Centros, sob coordenação da SESGE.

Os ganhos obtidos com essa inovadora integração brasileira foram notórios e reconhecidos por especialistas nacionais e estrangeiros que participaram ou acompanharam os grandes eventos no Brasil. Também foram reconhecidos pelas agências participantes e alavancaram iniciativas de ações integradas no cotidiano da segurança pública, a partir dos Centros Integrados. Não por acaso, após os grandes eventos praticamente todos os índices de criminalidade no Brasil caíram; seguramente, há uma forte contribuição da maior integração entre agências dentro de cada Estado e com os municípios da plena utilização dos Centros Integrados. Esse foi um legado dos grandes eventos às unidades da federação e da melhor utilização dos dados de inteligência policial, obviamente aliados a investimentos, capacitação, tecnologia, etc.

Mas, infelizmente, a turbulência política que o Brasil viveu a partir de 2013 comprometeu não só a continuidade das boas práticas experimentadas pela SESGE – a Secretaria recebeu do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União em 2016 o Prêmio de Boas Práticas em razão da gestão de projetos e metodologia própria para gerenciamento -, mas também trouxe uma perda significativa no processo de coordenação nacional, na temática da cooperação internacional e na integração interna.

Entretanto, passados três anos do término do último grande evento, surge como inovadora a “criação” de um novo Centro de Comando e Controle, agora chamado de *Fusion Center*. Sua missão é desenvolver ações integradas entre a União, os estados e os municípios de fronteira, a fim de estabelecer um modelo de enfrentamento aos crimes transfronteiriços. A iniciativa é louvável e importante, uma vez que cria expectativas de resultados positivos, em que pese a demora para implementação e o fato de, ao que se tem notícia, basear-se em modelos utilizados nos Estados Unidos, particularmente em El Paso e Los Angeles. Além de basear-se em realidades bastantes diversas das que serão encontradas no Brasil, ainda desconsidera grande parte do exitoso trabalho e esforço empreendidos pelas dezenas de instituições de segurança pública brasileiras e do próprio Ministério da Justiça por ocasião da realização dos grandes eventos.

Parece ser este o ônus da imaturidade institucional e da condução de políticas que deveriam ser de Estado como políticas de governos, uma nefasta e inconsequente realidade brasileira que atravessa gerações. O Estado tem de prover segurança em uma sociedade internacional conflitiva, complexa, dinâmica, permeada por ameaças híbridas e centralizada no fator econômico, em um mundo globalizado e sem fronteiras para a criminalidade - cenário agravado pelas complexas questões internas do nosso país. Logo, é fundamental promover uma atuação integrada e com intensa cooperação internacional, e que nesse ponto vai muito bem o *Fusion Center*, sem olvidar das atribuições legais de cada instituição. Um trabalho que confira, ao mesmo tempo, eficiência e

efetividade às ações pretendidas e que siga procedimentos formalmente estabelecidos. Os tempos atuais exigem o labor das instituições alicerçado em conhecimento, a partir de análises geopolíticas e cenários de atuação, formação e aperfeiçoamento, inteligência, tecnologia, cooperação internacional, integração, gestão transparente, com objetivos claros e monitoráveis, com respeito aos direitos fundamentais e ao estado democrático e de direito.

O desafio da segurança pública é imenso e multifatorial. É forçoso reconhecer que aqueles países que seguem as boas práticas terão as chances de êxito no provimento de segurança aos seus cidadãos muitas vezes aumentada; ao revés, países que menosprezam direitos fundamentais, atuam e estabelecem ações efêmeras a partir de viés ideológico ou personalista, de maneira desarticulada e isolada de um contexto global, sem nítida governança e pouca ou nenhuma gestão, estarão fadados ao fracasso no oferecimento de segurança e terão cada vez mais a instabilidade como permanente companheira.

Andrei Augusto Passos Rodrigues

Delegado de Polícia Federal, formado em direito e mestrando em Alta Gestão de Segurança Pública Internacional (Universidade Carlos III e Centro Universitário da Guardia Civil em Madrid/Espanha). Foi Oficial de Ligação da Polícia Federal em Madrid/Espanha, Secretário Extraordinário para Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça (2013-2017) e Coordenador-Geral de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal. Atualmente é Chefe da Unidade de Gestão Estratégica da Diretoria de Tecnologia e Inovação da Polícia Federal.

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyctx-fc2kq>

